

"Acredito numa Lisboa Mais Liberal e por isso acredito numa Lisboa que é capaz de dar liberdade às pessoas, capaz de sair da frente de quem quer mais e de não deixar para trás quem também precisa. Uma cidade que tem uma visão clara do caminho que quer seguir, mas que não deixa de usar a inovação e a criatividade para encontrar soluções para as necessidades de curto prazo. Uma cidade que coloca a capacidade de ser resiliente e de se adaptar ao mundo real presente e futuro sempre à frente dos combates ideológicos do passado." Bruno Horta Soares Candidato a Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

"QUEREMOS UMA LISBOA MAIS FÁCIL PARA VIVER"

HABITAÇÃO

Repovoar Lisboa com uma visão estratégica e políticas de desenvolvimento eficiente e sustentável. Inverter a tendência de perda de população criando condições para reabilitar e construir Habitação para atrair novos residentes e dinamizar o mercado de arrendamento. Focar investimento público em Planos, urbanização, infraestruturas e equipamentos, e centrar o desenvolvimento da cidade nos seus Bairros, nomeadamente a diversificação e consolidação dos Bairros Municipais.

1. Promover o aumento da oferta de habitação de modo a ajustar o desequilíbrio hoje existente entre a procura e a oferta, principalmente no mercado de arrendamento, nomeadamente no que diz respeito a famílias de rendimentos intermédios.
2. Elaborar uma visão e plano estratégico para Lisboa 2040, com vista a inverter a tendência de redução de população.
3. Expansão e consolidação urbana da disponibilização de terrenos públicos, como sejam:
 - Chelas / Marvila
 - Ajuda / Rio Seco
 - Colina de Santana

4. Promover novas centralidades urbanas investindo em planos, urbanização, infra-estruturas e equipamentos, para dinamização das áreas expectantes.
5. Requalificar e potenciar zonas de entrada da cidade com planos integrados, como por exemplo:
 - Amoreiras / Campolide
 - Bairro São João de Brito / Segunda Circular / rotunda do Relógio
 - 24 de Julho / Av. Infante D. Henrique / Porto de Lisboa
 - Alcântara / Alvito
6. Promover a disponibilização de terrenos para construção e cooperação na implementação de políticas públicas.
7. Promover programas para agilização de edifícios e lotes abandonados e sem titularidade, para posterior alienação em hasta pública.
8. Devolver ao mercado terrenos e fogos não utilizados que sejam propriedade da CML ou da Administração Central.
9. Promover alterações legislativas no Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) e Regime Jurídico de Obras em Prédios Arrendados (RJOPA), no sentido da liberalização do mercado.
10. Inventariação e Gestão integrada dos Parques Públicos de Habitação – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Forças Armadas, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Guarda Nacional Republicana (GNR), entre outros.

UM PLANO PARA CADA BAIRRO

Pensar a Cidade e agir nas Freguesias para consolidação, garantindo equilíbrio do ecossistema, diversificação e integração dos Bairros Municipais.

1. Identificar carências e oportunidades de desenvolvimento de cada bairro conjuntamente com as Juntas de Freguesias.
2. Promover a diversificação e densificação dos bairros, principalmente dos municipais.
3. Promover a instalação de serviços complementares nos diversos bairros.
4. Utilizar Programa de Arrendamento Apoiado para inclusão das famílias mais vulneráveis.

5. Rever substancialmente os programas de arrendamentos acessível da CML.
6. Alterar procedimentos e reduzir substancialmente os prazos de Licenciamento Urbanístico.
7. Concessionar a Gestão dos Bairros Municipais através de concessões que incluam a dinamização destes bairros, para criar mais habitação, para além de outros usos, que ajudem a torná-los mais inclusivos e diversificados.

ACCELERAR O LICENCIAMENTO URBANÍSTICO

Aceleração do licenciamento urbanístico para promover o aumento necessário da oferta de habitação em Lisboa, adequando à procura existente, e assim baixar preços de venda e rendas. Esta aceleração seria feita através da implementação de mecanismos que otimizem os procedimentos, facilitem o acesso a recursos humanos e tragam previsibilidade num processo transparente, rápido e eficaz.

1. Simplificação de Processos na CML para acelerar o licenciamento

- Revisão e simplificação do Manual Técnico do Plano Diretor Municipal (PDM), para uma melhor definição de regras técnicas.
- Padronizar as regras descritivas para reduzir a complexidade dos processos.
- Parecer automático após entrada do processo, num período de validação dos documentos - em 5 dias úteis.
- Existência em permanência dum técnico disponível para efetuar a validação da informação inicial.
- Projetos que impliquem consultas a outras entidades são automaticamente encaminhados para estas, e em paralelo, enquanto a CML segue o seu processo interno.

2. Desenvolver plataformas integradas para gestão projetos que permita transparência do processo

- Entrega e seguimento do estado e pareceres do projeto através desta plataforma.
- Plataforma divulgará os (i) prazos médios de decisão; (ii) proporção de projetos aprovados ou chumbados; (iii) número de processos "entrados" e de processos "resolvidos".

3. Definição de prazos de licenciamento cujo incumprimento dos mesmos dará lugar ao deferimento tácito

- 20 dias úteis – no caso de licenciamentos que se enquadram nos requisitos da Comunicação Prévia.

- 40 dias úteis – após a entrada, no caso de não haver nenhum parecer desfavorável.
4. Incentivar a criação de Revisores de Projeto Acreditado para validação prévia dos processos, antes de serem entregues na Plataforma da CML.
 5. Assumir o compromisso de licenciamento automático caso os prazos legais sejam ultrapassados e não for dada uma resposta ao processo.

LIBERALIZAR O MERCADO DE ARRENDAMENTO

Liberalizar e dinamizar o Mercado de Arrendamento de Habitação através da defesa da estabilidade legislativas e redução fiscal.

Prioridades:

1. Promover alterações legislativas de caráter fiscal que incentivem o investimento privado em habitação.
2. Rever políticas fiscais da CML ao nível do IMI.
3. Rever Programa do Subsídio de Renda da CML, num contexto da liberalização do mercado de arrendamento.

REFORMULAR ARRENDAMENTO APOIADO

Revisão dos programas de arrendamento apoiado para focar em situações de vulnerabilidade e complementaridade do mercado livre.

1. Enquanto existirem famílias em listas de espera para o Arrendamento Apoiado, este não deverá possibilitar que pessoas que não cumpram os critérios para atribuição de uma habitação continuem a usufruir da mesma: propõem-se alterações legislativas ao atual quadro legislativo.
2. Assumindo que não existam famílias em listas de espera para o Arrendamento Apoiado, aceita-se o princípio de continuidade na habitação das famílias que já não necessitam de apoio. Contudo, deve proceder-se a alterações legislativas que conduzam a valores de renda mais próximos dos valores que resultarem da aplicação de taxas de esforço aos rendimentos dessas famílias.

3. Os programas de arrendamento apoiado deverão ter como base o património habitacional da CML, o qual deverá ser urgentemente inventariado para que possam ser definidos programas de requalificação de curto, médio e longo prazo.

CONCESSIONAR GESTÃO DOS BAIROS SOCIAIS E MUNICIPAIS

Melhor Gestão dos Bairros Sociais/Municipais através da concessão parcial da gestão a operadores privados.

1. Melhor Gestão dos Bairros Sociais/Municipais através da concessão parcial (num primeiro momento) da gestão destes a outros operadores, com o intuito de melhorar a gestão e revitalização deste Património, promovendo a concorrência e melhoria de gestão da Gebalis.

REINVENTAR O PROGRAMA DE RENDA ACESSÍVEL

Reformulação geral dos Programas de Renda Acessível, quer o nacional quer o da Câmara Municipal de Lisboa.

1. A CML / SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana - deve afastar-se definitivamente da promoção pública de habitação para arrendamento, destinando esses fundos para outros fins, tais como a recuperação dos bairros municipais já existentes.

2. O programa de criação de 6.000 fogos deverá ser totalmente concessionado a privados para arrendamento do mercado livre.

- Gebalis gere atualmente 21.682 fogos e 1.350 “espaços não habitacionais”.
- Total de rendas em atraso, segundo as contas de 2019, ascendia a 44,1 milhões de euros.
- Custo anual Gebalis ascende a 30 milhões de euros, enquanto as receitas totalizam 20 milhões de euros.
- Estima-se que existam 3.000/4.000 famílias em lista de espera.
- A Reformulação dos programas públicos de arrendamento acessível conduzirá à não utilização dos 350 milhões de Euros previstos gastar pela CML. Por outro lado, as concessões para arrendamento no mercado livre poderão gerar proveitos. As situações de exceção, nomeadamente com o subsídio de renda camarário, poderão ser financiadas pela rentabilização do parque imóvel devoluto da CML. Por fim, não serão despiciendas a

poupanças ao nível da estrutura para a gestão de todo este processo, quer na CML quer na SRU e Gebalis.

3. Os proveitos dessas concessões deverão ser canalizados para um fundo de apoio ao arrendamento das famílias que realmente necessitem, nomeadamente:

- Atribuição de um subsídio de renda ao nível da CML, que complemente, se necessário, o subsídio previsto no NRAU, num contexto de uma imediata e completa liberalização do mercado de arrendamento.
- Numa lógica de gestão de bairros, nomeadamente em situações de gentrificação de zonas da cidade, de carácter temporário para a fixação de determinados grupos populacionais (jovens por exemplo) ou num contexto de "desguetização" de bairros sociais.

DINAMIZAR O ALOJAMENTO LOCAL

O objetivo da Iniciativa Liberal é contribuir para que o Alojamento Local ("AL") continue a ser um fator dinamizador da atividade turística, das atividades económicas associadas, como o pequeno comércio, e da reabilitação do edificado, que têm contribuído para a revitalização da Cidade de Lisboa. Defenderemos de forma inequívoca a propriedade privada, a promoção do empreendedorismo e a liberdade de escolha dos turistas, num contexto de uma regulação adequada que sirva a população em geral.

1. Cumprir a legislação e exercer os poderes de fiscalização

O Decreto – Lei nº 128/2014 estabelece que cabe às câmaras municipais a realização de uma vistoria no prazo de 30 dias. Propomos que a CML cumpra a legislação e promova de facto essa vistoria e exerça outros poderes de fiscalização de forma a combater as situações de ilegalidade;

2. Acabar com rácios genéricos para AL e realizar estudos prévios

O Regulamento Municipal de Alojamento Local ("RMAL") estabelece zonas de contenção absoluta quando o rácio de unidades de AL em relação ao número de fogos de habitação permanente seja superior a 20%; e de zonas de contenção relativa quando o rácio é superior a 10%.

Consideramos que estes limites não fazem sentido e que as zonas de contenção a definir devem se basear num estudo prévio que comprove o risco de gentrificação elevada de um determinado bairro.

3. Reduzir a burocratização nos processos de AL

A constituição das zonas de contenção conduz a uma forte burocratização e limitação de novos registos, os quais praticamente ficam limitados a situações de reabilitação de edifício e dependentes de uma autorização administrativa (artigos 5º e 6º do Regulamento Municipal do Alojamento local).

Propomos a revogação das seguintes limitações:

- Uma das limitações é a de que a autorização de novos registos tem um máximo de cinco anos, o que é manifestamente insuficiente para proporcionar um retorno do investimento a efetuar, para além de incentivar uma menor qualidade da oferta e promover a precaridade laboral e a instabilidade empresarial.
- As limitações são extensíveis à modalidade de quartos, o que não se entende, já que apenas podem ser instalados em imóveis ou frações que sejam a residência fiscal dos titulares.
- A proibição de registo de estabelecimentos de alojamento local quando nos últimos cinco anos tenham sido celebrados contratos de arrendamento do prédio ou fração. Entendemos que se trata de uma limitação abusiva e excessiva.
- Os pequenos proprietários, que representam mais de 80% do AL, não têm controlo sobre uma eventual remodelação significativa dos prédios, um dos requisitos cumulativos para a obtenção de novas autorizações de registo de AL, ficando assim injustificadamente numa situação discriminatória. Assim, propomos a abolição desta limitação.

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

[DEVOLVER O TEJO A LISBOA](#)

Devolver o Tejo a Lisboa, com foco na necessidade de “pôr os lisboetas em primeiro lugar”, devolvendo aos cidadãos o privilégio da proximidade do Tejo. Tornar a zona ribeirinha numa linha de interação com rio através de atividades de lazer ao alcance de todos.

Objectivos principais:

1. Deslocalizar o terminal de contentores de Alcântara.

2. A Câmara Municipal de Lisboa deve reclamar a gestão da frente ribeirinha - devolução por parte da APL de todos os espaços que não são de uso estritamente portuário.

3. Retirar faseadamente a linha ferroviária da frente ribeirinha, em função da estratégica delineada para a expansão do Metro de Lisboa.

PROMOVER BAIROS SUSTENTÁVEIS

Promover o desenvolvimento de Bairros Sustentáveis, através da intervenção e implementações de medidas que possibilitariam ao Bairro atingir a sustentabilidade económica e Ambiental, nomeadamente reutilização das infra-estruturas públicas e aproveitamento dos espaços verdes, eficiência energética, utilização de energia 100% renovável, captação água da chuva para espaços verdes e limpeza, num projeto piloto a ser desenvolvido num Bairro Municipal.

Promoção de boas práticas como:

- Execução de melhores práticas de eficiência energética e descarbonização.
- Reutilização de água.
- Gestão de resíduos.
- Bairros Verdes, modelo replicável e escalável (aplicação a um bairro municipal, p.e. o Bairro da Serafina).
- Promover a criação de uma comunidade energética para armazenamento e fornecimento de energia renovável no bairro.
- Transição para habitação de classe energética A ou B+.
- Aproveitamento das águas pluviais nos edifícios para usos diversos.

PRIVATIZAR A GESTÃO DA HIGIENE URBANA

Privatização da gestão da Direção de Higiene Urbana da CML.

A maioria dos indicadores principais públicos relativos aos serviços de gestão de RU da CML são francamente negativos vs. outras Câmaras nacionais de tamanho semelhantes. Esta ineficiência tem um peso significativo nos custos camarários e, consequentemente, nos impostos. Em particular, é necessário rever o papel da Câmara enquanto prestadora do serviço direto vs. concessão. A prestação de serviços não implica a redução da qualidade do serviço, obriga sim a uma maior transparência dos processos de contratação e monitorização pela CML.

Temos uma baixa produtividade tanto de RH como de Viaturas, ou seja, por cada colaborador recolhem-se poucos resíduos (240 t/pessoa ao serviço), quando a média nacional é de cerca de 600 t/pessoa ao serviço. Acontece o mesmo com as viaturas.

PROMOVER A ECONOMIA CIRCULAR

Melhorar a gestão de resíduos e promover a economia circular:

1. Promover a implementação do sistema poluidor-pagador

Os custos da gestão de RU não devem ser diluídos uniformemente pelos cidadãos (coletivizados) via consumo de água. Devem ser criados incentivos para que os cidadãos menos produtores de resíduos e com maior esforço de separação de embalagens, bio resíduos e outros materiais, paguem menos.

2. Facilitar reciclagem descentralizada de resíduos

A gestão de resíduos urbanos é competência exclusiva das câmaras municipais (para produtores com produção diária < 1100 l), o que impede a criação de redes descentralizadas de reciclagem de resíduos. A Câmara Municipal de Lisboa deve liderar um processo pioneiro a nível nacional através do desregulamento ou facilitando as atividades de reciclagem de pequena escala.

3. Incentivar a adoção de soluções técnicas/tecnológicas para resíduos emergentes

A legislação europeia obriga os municípios a implementarem soluções para novos fluxos de resíduos, nomeadamente bio resíduos, têxteis e resíduos perigosos domésticos, até 2025. A Câmara Municipal de Lisboa, enquanto responsável pela gestão dos RU, tem de planear e implementar as soluções pretendidas durante o quadriénio 2021-2025, via inovação tecnológica, e integradas com os cidadãos e produtores.

4. Promover uma Agenda Local para economia circular.

5. Facilitar acesso a infra-estruturas para negócios circulares como forma de incentivo ao desenvolvimento privado destes espaços.

6. Dinamizar a Plataforma Renovar +

A prática comum na promoção da renovação do edificado tem sido feita através de subsídios diretos do Estado. Contudo, existem outros modelos, particularmente associados à eficiência energética (modelo ESCO) que podem ser promovidos, envolvendo cidadãos, fornecedores e eventualmente instituições financeiras que podem financiar intervenções de recuperação do edificado. A Câmara Municipal de

Lisboa assume um papel de facilitadora, criando condições para todas as partes beneficiarem deste modelo.

RESPONDER AOS DESAFIOS ENERGÉTICOS E CLIMÁTICOS

Melhorar ambiente e sustentabilidade: Energia e Clima

Linhas estratégicas:

1. Lisboa Carbono Neutra 2030

Lisboa, particularmente a Câmara Municipal de Lisboa e respetivas ramificações, devem liderar o combate à emergência climática. Para apoiar esta causa, a CML tem de ambicionar que a cidade seja carbono neutra em 2030, investindo assim na descarbonização do consumo e no offset das emissões de carbono.

2. Promover a criação de um marketplace de soluções renováveis e de energia limpa.

3. Incluir critérios de descarbonização no Regulamento Municipal de Urbanização de Lisboa.

4. Proceder à efetiva erradicação da pobreza energética na habitação social com um plano viável, execução eficiente e de forma transparente.

5. Liberalizar totalmente os carregadores elétricos (com processos de autorização eficientes e desburocratizados).

6. Electrificar toda frota da Carris até 2025.

7. Instalar 40MW de potência renovável em Lisboa - A localização geográfica de Lisboa posiciona-a como uma das capitais da Europa com maior exposição solar. Nesse sentido, importa apoiar a instalação de energia solar fotovoltaica descentralizada, de modo a contribuir para a descarbonização no consumo de energia na Cidade. A Câmara Municipal de Lisboa tem, por isso, um papel crucial enquanto facilitadora na instalação de energias renováveis nos telhados da cidade, apoio -à criação de comunidades energéticas e, por exemplo, instalação de parques fotovoltaicos flutuantes no Tejo.

8. Limitar e focar o papel da Lisboa E-nova - Lisboa precisa de uma estrutura de apoio à Câmara Municipal nas áreas de energia e clima que não concorra com o sector privado. A Lisboa E-nova coloca-se hoje como um player no mercado, em

concorrência com os privados. Deve adotar uma postura institucional de facilitador do mercado e de suporte à implementação da política energética e climática da CML. A Lisboa E-nova deve ser reformulada, com novas competências e capacidades e focando o seu trabalho no suporte ao trabalho da CML.

9. Lisboa hub mundial de energia renovável e eficiência energética - Lisboa tem a oportunidade de ser líder em tecnologia e serviços carbono neutro. A Câmara Municipal deve ser promotora na criação de um fundo de inovação para reduzir o uso de energia e combustíveis fósseis em processos industriais e serviços - reduzindo as emissões, cortando a dependência das importações de combustível fóssil e gerando empregos e prosperidade. Adicionalmente, a CML deverá promover a criação na cidade uma sandbox para testar novas tecnologias, atraindo empresas para que possam vir dinamizar este hub que deverá ter uma componente social e encontrar soluções para países em desenvolvimento.

10. Lisboa Energy Open data: A Câmara Municipal deverá disponibilizar dados sobre energia da cidade para o desenvolvimento de soluções inovadoras, assim como, promover a expansão da telecontagem em todos os contadores de Lisboa.

11. Promover um prémio mundial para transição energética, como forma de atração/captação de empresas inovadoras.

12. Concessionar distribuição de eletricidade e iluminação pública.

13. Incluir critérios de procurement na CML e empresas relacionadas, que incentivem a compra de energia verde.

14. Facilitar a decisão dinâmica da energia pelos munícipes (p.e, incentivos em IMI para poupanças no uso de energia de um ano para outro)

TORNAR LISBOA MAIS VERDE

1. Incluir Estrutura Verde Municipal no Plano Diretor Municipal

Aplicação do conceito de “continuum naturale”, facilitando fluxos de circulação atmosférica, desenvolvimento de espécies vegetais e fauna e escoamento e infiltração de água no solo, essenciais à sustentabilidade ecológica da cidade. Lisboa deverá ter áreas verdes contínuas com vista à renaturalização e redução de riscos ambientais.

2. Apostar forte e eficazmente na redução da poluição - luz, ruído e ar.

3. Promover o desenvolvimento de um novo grande parque verde 100% sustentável (ou re-qualificar um espaço já existente)

Promover a participação pública e a procura de soluções que envolvam os moradores. Elaborar concursos públicos para intervenções em espaço urbano, nacionais ou internacionais (dependendo da relevância). Melhorar a eficácia da Gestão dos Espaços Verdes através de melhores práticas de manutenção de espaços, com avaliação profunda das competências das Juntas de Freguesia na gestão de espaços exteriores.

VIVÊNCIA E PESSOAS

CENTRAR A SAÚDE E EDUCAÇÃO NO VALOR PARA O CIDADÃO

Promover uma maior colaboração entre a CML e as entidades privadas e sociais do setor da saúde.

Não há Saúde e Educação pública ou privada, há boa e má prestação de cuidados de Saúde e boa e má Educação.

A recente descentralização de "incompetências" ao nível da gestão da Saúde e Educação deve ser uma oportunidade para promover uma maior colaboração entre a CML e as entidades privadas e sociais nestes setores. As prioridades da CML devem deixar de ser o cimento e o papel e passarem a ser as pessoas e as tecnologias.

Objectivo principal:

1. Promover o desenvolvimento de um Ecossistema Municipal de Saúde centrado nas necessidades dos utentes e que seja capaz de servir de orquestração e potenciar a colaboração de todas as partes interessadas (público, privado e social), permitindo uma melhor identificação e satisfação das necessidades, uma melhor otimização dos riscos e uma melhor otimização dos recursos disponíveis.

2. Promover o desenvolvimento de um Ecossistema Municipal de Educação centrado nas necessidades dos alunos e das suas famílias e que seja capaz de servir de orquestração e potenciar a colaboração de todas as partes interessadas (público, privado e social), permitindo uma melhor identificação e satisfação das necessidades, uma melhor otimização dos riscos e uma melhor otimização dos recursos disponíveis.

3. Contratualização de cuidados primários (USF “privados”) junto de entidades privadas para a exploração de unidades de prestação de cuidados de saúde primários, especializados e/ou de cuidados continuados ou a prestação desses serviços por clínicas privadas.

4. Adotar modelos de capacitação de recursos humanos nas escolas que promovam uma agilidade, eficiência e eficácia, privilegiando a contratação de serviços a prestadores externos em detrimento da contratação de mais recursos humanos para os quadros da CML.

DESBLOQUEAR O HOSPITAL DE LISBOA ORIENTAL

Pressionar o Governo para que acelere o processo de construção do Hospital Oriental de Lisboa.

1. Apesar do processo de construção do Hospital de Lisboa Oriental ser da responsabilidade do governo central, os atrasos têm um impacto direto na saúde dos lisboetas pelo que deverá ser realizada uma pressão institucional fortíssima por parte da CML.

2. Defender, em particular, o património histórico do Hospital Dona Estefânia e o futuro das crianças e famílias, ativando a pressão institucional que for necessária para que a integração desta unidade no Hospital de Lisboa Oriental possa ter um tratamento diferenciado, em linha com aquilo que são consideradas as boas práticas atuais de espaços de saúde materno-infantil.

INCENTIVAR GUARDAS DE BAIRRO

Promover novos modelos de segurança de proximidade que possam dinamizar uma maior segurança da proximidade.

1. Promover parcerias entre PSP, CML e Juntas de Freguesia para uma proximidade policial.

2. Reabilitar o modelo de Guardas Noturnos, evoluindo o conceito para “Guardas de bairro”, diurnos e noturnos, assegurando uma estreita colaboração com as autoridades e promovendo uma maior atividade económica.

SER UM GUARDIÃO DO "ELEVADOR SOCIAL"

Ser um Guardião do Elevador Social e incentivar o desenvolvimento de programas "Oportunidade ao Talento" que envolvam toda a comunidade.

1. Estimular a criação de oportunidades para jovens em ambientes de especial vulnerabilidade social com potencial e que tenham particular talento académico. A Câmara Municipal de Lisboa surge como agregadora de entidades privadas que integram a bolsa de oportunidades a conceder. Acompanhamento dos resultados por período temporal relevante no sentido de confirmar as realizações e alcance.

ESTIMULAR O ACESSO À CULTURA

Centrar os programas de apoio cultural nos cidadãos

Objectivo principal:

1. Transformar a cultura numa atividade económica, através do "Crédito Cultura". Em vez de financiar diretamente as produções culturais, financiamento que se efetua sem transparência, o financiamento é entregue à população, na forma de um cartão cultura ou similar, gerido por entidade terceira para que esta escolha entre a oferta existente (que se agrega no sistema do cartão ou similar). Por cada compra, o Município acresce um determinado valor ao cartão do cidadão.

PROMOVER HÁBITOS DE RESILIÊNCIA

1. Promover um Dia dedicado a exercícios de sobrevivência como evacuação e de sobrevivência na cidade, simulacros de atuação em eventos catástrofe, etc.

2. Promover um Dia dedicado à Cibersegurança, apoiando a consciencialização dos cidadãos para as boas práticas de identificação, proteção, deteção, resposta e recuperação de ameaças digitais.

MOBILIDADE

ESTACIONAMENTO SEMPRE DISPONÍVEL

Estacionamento sempre disponível, em particular para moradores.

Linhas estratégicas:

1. Estacionamento sempre disponível com base em dados partilhados em tempo real para os condutores poderem reduzir o tempo de procura de lugar de estacionamento e regular o equilíbrio oferta/procura através do preço, mantendo os atuais limites tarifários por zona.
2. Expansão de áreas de estacionamento exclusivo para moradores no período noturno. Nas zonas de maior desequilíbrio entre a oferta e a procura de estacionamento por parte de moradores, encontrar soluções de curto prazo flexíveis e que permitam uma transição para modelos de mobilidade mais sustentáveis.
3. Adoção de sistemas de multiplicadores de estacionamento em altura para moradores em bairros onde se verifique um desalinhamento evidente entre a oferta e a procura de estacionamento. Este tipo de sistema deverá ser adotado como forma de resposta de emergência enquanto não são disponibilizadas soluções mais estruturais (ex. silos, parques).
4. Promover a criação de parques de estacionamento em silo, promover a oferta privada, sistema de avenças.
5. Parques de estacionamento dissuasores - Reduzir a entrada de carros em Lisboa através da construção de parques de estacionamento de larga capacidade à entrada dos centros urbanos e liberalizar parques de estacionamento em silos.
6. Revisão do modelo de atribuição de "Dístico de Residente" para que o mesmo possa ser mais dinâmico e permita aos moradores de Lisboa deslocações pontuais para outras zonas de Lisboa que não sejam a zona da residência ou uma zona vizinha.

DAR FORÇA À TRANSPORTES METROPOLITANOS DE LISBOA

1. Valorizar a jornada de vida dos cidadãos, criando condições para uma maior integração da mobilidade urbana e sub-urbana. Quem vive em Lisboa e tenha de circular para fora do concelho, mas também quem viva fora de Lisboa mas visite a cidade para trabalhar ou passear, deverá fazê-lo sem bloqueios ou barreiras administrativas.
2. Dar mais e melhor uso à *Transportes Metropolitanos de Lisboa*. Fazer desta entidade não só o principal entidade gestora de transportes na Área Metropolitana

de Lisboa, mas também incentivar uma *governance force* que planeie e execute estratégias para transportes públicos ao nível metropolitano (Urbano + Sub-urbano).

3. Integrar a CARRIS no ecossistema dos Transportes Metropolitanos de Lisboa para reduzir o desperdício de recursos provocados pela separação dos transportes Urbanos (CARRIS) e Sub-urbanos (Outros). Exemplos de sinergias:

- Gestão de bilhética
- Identidade de imagem
- Gestão de sinalética
- Partilha de plataformas de dados de mobilidade

RUAS PARA TODOS

Vias de Excelência para (todos) os peões e passeio livre. Pretendemos tornar a cidade mais acessível e promover uma maior utilização do espaço público para atividades de desenvolvimento de comunidade.

1. Tornar a cidade acessível, libertando-a de obstáculos

- Modos suaves de transporte devem estar segregados dos peões
- Acessibilidade para quem tem mobilidade reduzida
- Revisão de sinais e passadeiras, privilegiando os peões

2. Tornar a experiência de andar a pé premium. Envolver as pessoas em medidas como por ex:

- Rever a altura e largura dos passeios em várias zonas da cidade (especialmente para acessos de carrinhos de rodas e crianças)
- Aumentar a sinalização para peões,
- Revisão de sinais e localização de passadeiras,
- Manter os passeios usáveis mesmo com obras nos 2 lados da rua ou outros problemas

3. Promover programas de “Ruas Seguras” para que os cidadãos possam intervir diretamente no processo de criação de ruas com mais espaço ao fim de semana, com acalmia de tráfego, criação de zonas de coexistência onde as crianças possam reencontrar-se e brincar na rua.

ENVOLVER OS CIDADÃOS

A realização sistemática de processos de consulta e deliberação pública é possível e só depende de vontade política e capacitação técnica das unidades de planeamento da CML.

Objectivo:

1. As políticas e medidas específicas de mobilidade e espaço público da CML têm que exigir a realização de processos de deliberação pública sérios e transparentes.

Sempre que existam custos de ajustamento significativos por parte dos cidadãos, é imperativo que existam períodos de transição entre a tomada das decisões políticas e a sua implementação, dado a necessidade dos cidadãos se adaptarem atempadamente às intervenções

LIBERALIZAR A MOBILIDADE ELÉCTRICA

Liberalizar o mercado para garantir um aumento das zonas de concessão para carregamento de veículos eléctricos.

Linhas estratégicas:

1. Os operadores privados já demonstraram que têm interesse e capacidade para investir em mais pontos de carregamento na cidade pelo que o mercado já se encontra liberalizado. Assim, a CML apenas deve definir as regras para o desenvolvimento desta rede, garantir a celeridade dos processos de licenciamento e fazer uma boa gestão do espaço público e garantir a capilaridade.

2. Garantir que as taxas municipais estão em linha com uma política que promova a sustentabilidade ambiental e a descarbonização, não devendo as taxas ser utilizadas como instrumento de maximização de receita do Município que possa inviabilizar o investimento privado.

3. A EMEL não deverá desenvolver atividade como player nos pontos de carregamento, devendo canalizar os recursos para garantir o desenvolvimento da rede e acelerar os processos de licenciamento camarário.

PROMOVER A MICROMOBILIDADE COMPETITIVA

Promover a micromobilidade dentro da cidade e liberalizar o mercado.

Linhas estratégicas principais

1. Concessionar o projeto Gira

Concessão dos ativos detidos no projeto Gira (bicicletas/ estações de estacionamento) para promover maior competitividade e eficiência, e acabar com o atual modelo que é um impedimento à criação de soluções melhores devido à concorrência desleal que faz a operadores privados através da sua operação altamente subsidiada.

2. Mais liberdade para usar modos suaves / micromobilidade

Realizar um planeamento estruturado, ao contrário do "plano" de ciclovias criado e atualmente implementado pela Câmara Municipal, fechado sobre si mesmo e sem contemplar uma integração clara de medidas complementares necessárias à aceleração da utilização dos modos ativos, medidas essas que têm sido feitas numa base casuística e sem uma liderança clara.

- Maior exigência política na qualidade das vias cicláveis.
- Dotar os técnicos da CML de maiores competências e exigência neste domínio do planeamento, através de formação e de uma liderança forte.
- Implementar a figura do "Mobility Officer".
- Aplicar boas práticas de desenho de infraestrutura ciclável, nomeadamente evitando a criação de ciclovias em passeios, criando desnivelamento entre passeio e ciclovia e tratando os cruzamentos de modo a evitar falta de visibilidade e comunicação entre os dois grupos de veículos.

3. Cycle-to-work scheme (vs subsídio à aquisição)

Acabar com a ineficiente medida de subsidiar qualquer compra de bicicleta "utilitária", à imagem do que acontece noutros países (como o Cycle-to-work Scheme no UK). Propor enquadramento a nível nacional de uma política de dinamização da mobilidade através de enquadramento fiscal deste benefício às empresas que queiram financiar a compra de bicicleta para deslocação para o trabalho pelos colaboradores.

LIBERALIZAR OS TRANSPORTES TERRESTRES E MARÍTIMOS

1. Promover a liberalização dos transportes urbanos rodoviários de passageiros, permitindo o acesso de outros operadores suburbanos à cidade de Lisboa. Este tipo de estratégias poderia contribuir diretamente para uma maior utilização dos

transporte públicos na cidade de Lisboa, reduzindo a entrada de transportes individuais na cidade.

2. Avaliar continuamente os indicadores de gestão da CARRIS para garantir que a manutenção do modelo de empresas municipais é principalmente justificada pela qualidade de serviço ao cidadão. Caso o desempenho de gestão e operação das empresas municipais se demonstre penalizador para os interesses dos cidadãos, manter em aberto os cenários de privatização ou concessão de gestão a privados (total ou parcial).

3. Acabar com a operação de empresas municipais de mobilidade sempre que os mercados estejam liberalizados (ex. autocarros de turismo da CARRIS Tour)

4. Eliminar quaisquer barreiras municipais que impeçam a exploração de circuitos de transporte de passageiros ou de turismo no TEJO.

5. Posicionar a CML principalmente como um gestor de políticas de mobilidade na cidade, promovendo o planeamento e a monitorização de infra-estruturas e plataformas de mobilidade.

6. Garantir um alinhamento entre os objetivos de mobilidade e os objetivos de desenvolvimento económico, em particular o Turismo. Consolidar locais de recolha e entrega de passageiros de turismo nos principais pontos turísticos, aplicáveis a todos os operadores de transportes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[COMPROMISSOS PARA A AML](#)

No contexto do Programa Eleitoral autárquico da Iniciativa Liberal para Lisboa (2021), propõem-se a inclusão de algumas medidas especificamente dirigidas ao exercício dos mandatos eleitos pela IL para a Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

1.Registo de Interesses

Propor, através da Assembleia Municipal, a criação de um Registo de Interesses de todos os eleitos (Vereadores da CML e Deputados da AML), que ficará sob responsabilidade da Presidência da AML.

Esta medida visa uma maior transparência do exercício de cargos eletivos, com declaração, pelos próprios, de um registo de interesses (atualizado) que permita

aferir incompatibilidades ou impedimentos. Mesmo nos casos em que não haja, legalmente, uma incompatibilidade, este registo permite aferir do grau de transparência nas declarações prestadas pelos próprios, bem como uma avaliação política de defesa de interesses públicos face a interesses pessoais.

2. Comissão Permanente de Transparência e Cidadania

Propor, no início do mandato, a criação de uma Comissão Permanente de Transparência e Cidadania, que existirá para além das atuais 8 Comissões Permanentes, ou numa reformulação das atuais, com o objetivo de autonomizar as funções de fiscalização de transparência dos órgãos municipais, bem como de garantir a participação dos cidadãos. Idealmente esta Comissão:

- Fará a gestão dos conteúdos da Plataforma da Transparência, conforme proposta constante no Programa da Candidatura (Área Rigor e Transparência: B - Plataforma da Transparência cuja gestão deve ser feita por comissão especial da AML)
- Caber-lhe-á monitorizar o cumprimento do dever de resposta aos requerimentos dos Deputados Municipais e publicar relatórios trimestrais desse (in)cumprimento.
- Será também a comissão de fiscalização e acompanhamento de petições, reclamações e outros casos concretos suscitados por munícipes junto da AML. Nestes últimos casos, para além de uma função de provedoria, deveria assumir a responsabilidade de aferir quais os entraves que, nos Serviços da CML, dificultavam respostas prontas e eficazes aos munícipes, publicitando com regularidade relatórios de avaliação e conclusões.

3. Audições aos Munícipes

Assegurar um contacto direto entre os Deputados Municipais da IL e os munícipes, através da realização de audições, quer no formato on-line, quer em modo presencial, complementadas por visitas aos locais quando tal se afigure necessário para uma melhor compreensão e avaliação do problema ou da situação, e levando essas questões à Assembleia Municipal.

4. Relações Institucionais com a CML

Fomentar uma ligação direta entre os Deputados Municipais da IL e os diferentes serviços da CML, efetuando visitas e promovendo reuniões com os seus responsáveis e, sempre que tal se justificar, apresentando propostas e recomendações na Assembleia Municipal com vista a contribuir para a resolução de problemas existentes ou para um melhor funcionamento desses serviços.

5. Transparência do trabalho dos deputados municipais

Criar a página do Grupo Municipal da IL nas redes sociais de forma a divulgar as propostas apresentadas e intervenções, bem como dar a conhecer o trabalho feito pelos deputados municipais da IL. Permitindo um maior escrutínio do trabalho feito, e potenciando o contacto direto entre eleitos e eleitores.

6. Revisão da atual Lei das Autarquias Locais

Assumir o compromisso de, ao longo do mandato e notando a desadequação dos limitados poderes de proposta e fiscalização das Assembleias Municipais face à gestão dos Executivos, desenvolver estudos e propostas concretas de revisão da atual Lei das Autarquias Locais, no sentido de reforçar os poderes de intervenção e fiscalização das Assembleias Municipais

REVER TODA A TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Rever tributação municipal, procedendo a uma diminuição incremental da carga fiscal: proceder ao aumento da devolução de IRS de 2,5% para 5%.

1. Reavaliar todas as taxas, de modo a garantir uma verdadeira racionalidade na sua atribuição, contribuindo para um verdadeiro e equilibrado sinalagma entre a mesma e o serviço prestado.
2. Reavaliar os vários tributos de responsabilidade camarária, eliminando ou diminuindo todos aqueles que não se revelem essenciais numa gestão criteriosa, devolvendo essa receita fiscal aos cidadãos e às empresas.
3. Implementar Orçamento Base Zero - reorganizar a metodologia de avaliação da despesa, passando a rever anualmente todas as rubricas, de forma a detetar ineficiências e rever prioridades, reajustando e realocando os recursos conforme as necessidades efectivas existentes. Implementação gradual, conforme as funções ou setor. Reavaliar o processo orçamental, com implementação do modelo Orçamento Base Zero.
4. Aprovar de despesas não pelo seu historial, mas pela sua pertinência e relevância no ano fiscal.
5. Reavaliar prioridades pelos serviços, de modo que estes possam identificar e comunicar à gestão autárquica quais os seus objetivos e quais as reais necessidades de cada serviço.
6. Identificar redundâncias orçamentais e desperdícios, permitindo a sua eliminação.

7. Proceder, através desta sistematização, a uma realocação de recursos, conforme necessidades reais de cada serviço e de acordo com prioridades administrativas e políticas.

8. Reduzir a despesa, através desta metodologia, permitindo financiar as funções definidas pela CML, bem como diminuir os tributos camarários, face à diminuição potencial dos custos de funcionamento dos serviços.

TRANSPARÊNCIA E RIGOR

PLANO DOS 100 DIAS

Está na hora da modernização administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. Só uma Organização adaptada às oportunidades e ameaças presentes e futuras é capaz de estar ao lado da Cidade e ser um verdadeiro parceiro de quem lá vive, trabalha ou investe. A modernização administrativa pretenderá capacitar a CML dos modelos organizativos, processos, tecnologias e talento necessários para contribuir para a satisfação das necessidades de todas as partes interessadas, otimizar os recursos públicos e otimizar todo o tipo de riscos e ameaças que possam colocar em causa a sustentabilidade futura do município.

1. Apresentação de um plano de Modernização Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa 100 dias após a data das eleições (até 9 de janeiro de 2022).

2. Algumas linhas orientadoras para o Plano (valores anuais):

// Corte na Receita Corrente de 120 Milhões

- Derrama 0% (corte de ~-75M anuais representando cerca de 20% Impostos Diretos)

- Devolução de IRS 5% (corte de ~-35M)

- Redução de outras Taxas e Taxinhas (~-10M/20%)

// Aumento da Receita Corrente

- Melhoria da eficiência interna para aumento de venda de bens e serviços correntes (~+20M/20%)

// Aumento da Receita de Capital

- Venda de Terrenos e Edifícios da CML (~+20M/20%)

// Corte nas Despesas Correntes

- Redução de Encargos com Pessoal, Avenças e Horas Extraordinárias (-25M/~10%)

- Cortes na Aquisição de Estudos e "Outros" Serviços (20M/~20%) (nota: a palavra "Outros" é muito usada no Orçamento da CML, com um volume significativo de despesa associados)

- Cortes nos Subsídios às Empresas Municipais SRU, CARRIS, GEBALIS e EGEAC (~35M/50%)

// Cortes nas Despesas de Capital

- Redução de Investimentos em compra de Terrenos e "Outros" (~60M/20%)

// Aumento da Despesa Corrente e de Capital

- 5 X mais de despesa/investimento em Modernização Administrativa (~+25M)

- 5 X mais de despesa/investimento em Cidade Inteligente (~+25M)

- 10X mais de despesa/investimento em Transparência, Auditoria, Risco e Controlo (~+10M)

- 10X mais de despesa em Formação dos Recursos Humanos (~+2M)

"CHOQUE" DE SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL

"Choque" de Simplificação dos regulamentos municipais, consolidando-os num documento único (Código) com codificação, simplificação e modernização da regulamentação municipal, que constitua um efetivo instrumento para a gestão da atividade autárquica e que seja um fator de desenvolvimento local, com a consequente revogação de todos regulamentos e para-regulamentos avulsos e uma revisão de procedimentos mais célere e eficiente.

Principais linhas estratégicas:

1. Excluir os regulamentos sem eficácia externa, designadamente aqueles que estabelecem regras em sede da relação jurídica de emprego que o Município mantém com os seus trabalhadores; o Regulamento do Plano Diretor Municipal assim como os regulamentos dos restantes instrumentos de gestão territorial em vigor no Município; os regulamentos que tratam matérias cuja competência está delegada em empresas municipais. Este processo permite identificar procedimentos mais comuns, para perceber principais problemas decorrentes da própria prática administrativa, permitindo uma maior agilidade processual, nomeadamente através

da aprovação de procedimentos especiais padrão, que possam permitir um processo decisório mais imediato (nomeadamente com deferimentos liminares tipificados) desde que preenchidos certos requisitos.

2. Desenvolver um Código Autárquico Único, que condense e sistematize a atuação da Câmara, de modo a facilitar o acesso aos mesmos por parte do cidadão, que assim não precisará de fazer pesquisa aprofundada para perceber quais os passos que tem de adotar.

3. Desenvolver regimes próprios que permitam a comunicação interna imediata entre serviços, de modo que não tenha de ser o cidadão a ir a vários serviços obter documentos, certidões e outros documentos emitidos por diferentes serviços da câmara para o seu procedimento. Esta simplificação do processo visa, igualmente, prevenir situações de conflito, de modo a garantir maior previsibilidade dos atos administrativos.

4. Rever os procedimentos camarários para identificar os casos de maior risco de corrupção ou tráfico de influências, eliminando estímulos e adotando medidas preventivas.

REFORÇAR A CIDADANIA PARTICIPATIVA

Dinamização dos processos de participação dos munícipes na gestão da cidade, através de processos de consulta pública, maior intervenção dos orçamentos participativos e, nos casos de maior relevância e onde a questão possa ter uma componente não apenas técnica, a figura do referendo, garantindo maior participação.

Linhas estratégicas:

1. Abrir a Câmara à sociedade civil, recebendo maiores contributos para a sua atuação, criando modelos próprios para que os cidadãos e outros particulares possam apresentar propostas à CML com vista ao aperfeiçoamento da gestão camarária, bem como na identificação de problemas ou necessidades da cidade.

2. Adotar procedimentos próprios, reforçados, de modo a auscultar forças vivas e interessados em questões nas quais a Câmara Municipal tenha intervenção.

3. Ponderar uso do Referendo Local, de modo a garantir que decisões relevantes que possam afetar a cidade e os lisboetas, e que não se prendam com questões essencialmente técnicas, possam ser decididas pelos cidadãos. No âmbito das

freguesias promover uma maior auscultação dos cidadãos através das assembleias de freguesia.

GANHAR A CONFIANÇA DOS MUNÍCIPES

Reforçar apoio ao munícipe e transparência na atuação da Câmara Municipal.

1. Desenvolver a figura do Gestor de Conta Municipal para acompanhamento dos munícipes num período transitório, de forma a eliminar os procedimentos pendentes.
2. Implementar um verdadeiro "Provedor do Cidadão".
3. Promover uma maior publicidade e transparência das licenças urbanísticas.
4. Divulgar meios de queixa por corrupção, abuso de poder e outras práticas ilícitas.
5. Fazer avaliações independente dos regulamentos e políticas públicas da CML.
6. Promover formação específica aos funcionários camarários, de modo a potenciar o combate à corrupção e branqueamento de capitais, através de uma maior sensibilização para identificar métodos, em parceria com entidades ligadas ao combate a este tipo de práticas.
7. Implementar um Código de Conduta dos quadros camarários.

PARTICIPAR EM PLATAFORMAS DA TRANSPARÊNCIA

Promover a criação ou integrar uma Plataforma da Transparência externa e independente para partilha de dados e documentos da CML, com a integralidade dos dados para acesso público (por cidadãos, investigadores, jornalistas). A supervisão deve ser feita por comissão especial da Assembleia Municipal de Lisboa, garantindo-se fidedignidade e independência, controlando atualizações por parte da CML e denunciando atrasos.

Principais linhas orientadoras:

1. Alterar o atual modelo de governança e gestão de dados/informação administrativos, com a inserção efetiva de dados atualizados na própria plataforma.
2. Valorizar as funções de Encarregado de Proteção de Dados e implementar a figura do Chief Data Officer para supervisionar a qualidade dos dados, bem como os

processos de tratamento dos mesmos, de modo, nomeadamente, a alertar para não conformidades.

3. Rever o processo de inserção dos dados pelos serviços, com maior sistematização e automatismos.

4. Incentivar a consulta destes dados, quer através da plataforma, quer através de deslocação aos serviços, à sociedade civil, potencializando o seu estudo e a criação de soluções pelos interessados por privados ou pelo terceiro setor.

5. Estimular também, através desta plataforma, a fiscalização - não só por parte dos cidadãos, mas também pelas restantes entidades públicas, do funcionamento dos serviços camarários, permitindo-lhes identificar situações que necessitem de intervenção, perante falhas ou potenciais riscos de tráfico de influência ou corrupção.

LISBOA MAIS INTELIGENTE

[ADMINISTRAÇÃO DIGITAL](#)

O programa de administração digital da Câmara Municipal de Lisboa permitirá consolidar e interligar os sistemas administrativos e promover uma transformação digital das funções administrativas, garantindo um alinhamento mais eficaz e eficiente das camadas política, administrativa e legislativa,

1. Plataforma Inteligente Integrada

A plataforma Lisboa Inteligente irá interconectar a cidade física e digital em um ou mais domínios, ligando aplicações novas e legadas e dispositivos de recolha de dados (sensores, câmaras de vídeo) que existem ativos na cidade de Lisboa, disponibilizando uma visão holística da infraestrutura da cidade de Lisboa para uma melhor gestão e controlo.

2. Back-Office Conectado

A integração do back-office deverá conectadas permitirá uma melhor administração e gestão dos serviços centrais da câmara de Lisboa, nomeadamente serviços financeiros, de recursos humanos, de cadeia de abastecimento e de atendimento ao cliente. A integração de sistemas permitirá uma administração e gestão mais inteligente dos recursos, aproveitando novas tecnologias como machine learning (ML) ou a análise preditiva de grandes conjuntos de dados para permitir novos serviços e maior produtividade dos funcionários da câmara de Lisboa. A experiência dos utilizadores (UX) mudará conforme os estilos e necessidades de conversação,

podendo explorar avanços relacionados com processamento de linguagem natural (PNL) para promover uma relação cada vez mais empática entre pessoas e máquinas.

3. Legislação/ Regulação Digital

A Legislação/Regulação digital permitirá adicionar uma camada digital ao processo legislativo, modernizando o processo administrativo e tornando-o mais ágil e transparente. Adicionalmente, permitirá um conjunto de métricas de desempenho para possibilitar a melhoria contínua e uma cada vez maior adequação às preferências dos cidadãos e empresas.

COMPROMISSO CÍVICO

O envolvimento cívico é um elemento-chave de uma Lisboa mais inteligente, na qual os moradores são participantes ativos no melhor funcionamento da cidade. Ao se digitalizarem e consolidarem serviços públicos e ao se promoverem plataformas de dados abertos os moradores poderão estar mais envolvidos com as suas comunidades de interesse e com os serviços da Câmara Municipal de Lisboa. A equidade digital deverá ser um elemento essencial para a promoção da participação cívica, garantindo o acesso universal aos canais digitais.

1. Plataforma de dados abertos

Os dados abertos são normalmente fornecidos por soluções tecnológicas que catalogam, agregam e publicam dados com o propósito principal de serem partilhados em tempo real com entidades públicas ou privadas governamentais ou com os cidadãos em geral. A plataforma de dados abertos da Cidade de Lisboa permitirá uma melhor governança e gestão dos dados públicos, contribuindo para uma melhor criação de valor. A plataforma poderá permitir visualização de dados e dashboards públicos, políticas e orientações para a aquisição, utilização e partilha de dados públicos e promover mecanismos centralizados mais eficientes e eficazes de segurança e proteção de dados.

2. Portais Omni-Canal

Os Portais omni-channel da Cidade de Lisboa permitirão a consolidação de sistemas para permitir que os utilizadores (cidadãos ou empresas) acessem a informação e serviços digitais (ex. pagar multas, preencher formulários) em apenas um único local. Os portais da Cidade de Lisboa irão incluir mais do que simples transações, integrando recursos interativos para melhor contextualização e experiência.

3. Serviços não-emergência de última geração

Os serviços não-emergência de última geração permitirão que o público interaja com a Cidade de Lisboa para reportar problemas de forma proativa ou fazerem solicitações de serviços através de diversos canais como web, aplicações móveis, redes sociais, e-mail, chat, texto ou telefone. Além disso, a Cidade de Lisboa poderá personalizar as comunicações em massa para os seus residentes, alertando-os sobre questões que afetam as suas vidas (ex. recolha de lixo ou encerramento de escolas).

4. Equidade Digital

A Cidade de Lisboa irá trabalhar para permitir a acessibilidade de alta velocidade à Internet para todos os residentes, com particular foco no objetivo de colocar as comunidades off-line mais on-line e aumentar o uso da Internet. Estas iniciativas estarão relacionadas sobretudo com a disponibilização, em colaboração com privados, de WiFi público, hotspots de WiFi grátis e iniciativas municipais de banda larga para áreas urbanas mais necessitadas. Lisboa estará na linha da frente da alfabetização digital.

ECOSSISTEMAS INTELIGENTES

As infra-estruturas públicas de Lisboa como parques ou equipamentos desportivos funcionam como ecossistemas dentro da cidade, sendo necessário garantir soluções mais eficazes e eficientes de segurança pública, transportes, estacionamento ou infra-estruturas de comunicações. A utilização de novas tecnologias poderá permitir uma gestão mais integrada dos equipamentos, bem como promover experiências de utilização inovadoras a quem passeia, visita ou faz desporto nestes locais.

1. Parques e equipamentos desportivos Inteligentes

Os parques e equipamentos desportivos municipais terão uma transformação digital de front-end e back-end, desde a gestão integrada de edifícios até a oferta de conectividade e serviços para segurança pública. A Cidade de Lisboa utilizará nos seus parques e equipamentos desportivos o que há de mais moderno em tecnologias conectadas para fornecer uma experiência melhor a quem passeia, visita ou faz desporto.

UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

O programa de utilização sustentável do território pretende promover a utilização de dispositivos conectados (e dados relacionados), realidade aumentada e virtual, e outras tecnologias digitais para melhor planear a vida na cidade. A digitalização de muitos processos administrativos relacionados com a gestão do território - licenciamento, inspeção ou licenciamento – permitirá simplificar as operações e aumentar a transparência e eficiência. Uma utilização mais sustentável do território permitirá ainda aproveitar a infraestrutura pública existente para alcançar objetivos maiores, tais como a inclusão digital ou melhoria das eficiências operacionais.

1. Planeamento Urbanístico Inteligente

A utilização de dados sobre o comportamento e recursos urbanos da cidade de Lisboa, como a movimentação de pessoas ou padrões de saúde, combinados com Big Data, modelos preditivos e planeamento e regulamentação do uso do solo, o planeamento urbano pode ser melhorado para sustentabilidade, equidade, crescimento económico, inclusão e outros objetivos de cidades inteligentes.

2. Autorização, Licenciamento e Inspeção Inteligente

A autorização, licenciamento e inspeção inteligente em Lisboa melhora a eficiência desses processos usando registos digitais, ferramentas online e tecnologias de campo nas quais os inspetores poderão reportar e arquivar incidências instantaneamente enquanto estão em campo. Os processos em Lisboa serão mais rápidos e eficientes reduzindo o custo das operações, melhorando a fiabilidade dos dados e oferecendo aos cidadãos e empresas processos mais rápidos e simplificados.

3. Gémeo Digital

Lisboa terá um "gémeo digital", ou seja, será desenvolvido um modelo digital dos ativos e recursos físicos de uma cidade. O gémeo digital da cidade de Lisboa terá uma representação 3D dos sistemas da cidade, desde as suas infraestruturas, como edifícios e transportes, até o movimento de pessoas, coisas e recursos (por exemplo, água), usando para tal sensores instalados em objetos físicos. Esta nova visão de Lisboa permitirá uma visão da realidade a cada momento, permitindo também fazer previsões sobre como a cidade poderá responder a mudanças ou eventos.

SERVIÇOS SOCIAIS PROATIVOS

Os serviços sociais são e deverão continuar a ser baseados em relações humanas, no entanto as tecnologias poderão permitir uma melhoria da eficiência e eficácia dos cuidados prestados à comunidade. A Câmara Municipal de Lisboa deverá ser capaz de ser capaz de funcionar como uma plataforma de orquestração das organizações de serviços sociais, permitindo uma maior centralidade no cidadão, uma maior organização dos serviços sociais prestados na cidade e uma maior produtividade de colaboradores e voluntários. A adoção de novas tecnologias deverá permitir uma maior partilha de informação e de ferramentas analíticas que permitam avaliar as necessidades das populações de risco e garantir que estas recebam os cuidados adequados.

Linhas orientadoras:

1. Trabalhadores conectados

Os trabalhadores de campo da CM Lisboa estarão conectados através da utilização de tecnologias móveis, nuvem e ferramentas analíticas para apoiarem os cidadãos em suas casas ou noutras localizações fora das instalações da CM Lisboa.

2. Serviços sociais inteligentes

As plataformas de analítica da Cidade de Lisboa permitirão que as organizações de serviços sociais possam gerir melhor os casos de assistência, rastreando proactivamente os indivíduos em risco e conectando-os aos serviços certos antes dos pontos de crise.

GESTÃO INTELIGENTE DE EMERGÊNCIAS

Lisboa deverá ser uma plataforma que possibilite uma gestão inteligente de emergências na cidade. A adoção de soluções integradas de conectividade de ativos físicos ou digitais (ex. através a utilização de IoT) pode permitir uma maior e melhor colaboração entre bombeiros sapadores, bombeiros voluntários, equipa de paramédicos ou de proteção civil, minimizando a perda de vidas ou de propriedades perante a ocorrência de desastres ou acidentes. Este tipo de soluções permitirá uma maior consciência situacional ao mesmo tempo que garantem uma maior segurança para os cidadãos e profissionais de emergência.

Linhas estratégicas gerais:

1. Sistema de alertas preventivo

O sistema de alerta preventivo permitirá que a administração e gestão da Cidade de Lisboa e as instituições envolvidas na gestão de emergências detetem e respondam, o mais cedo possível, a um desastre natural ou causado pelo homem. Esta solução ajudará as autoridades municipais a alertar os residentes ou encerrar / limitar o acesso a infra-estruturas críticas, minimizando o impacto do incidente, redirecionando o tráfego e instalando recursos de resposta o mais rápido possível.

2. Combate inteligente a incêndios

A instalação de sensores IoT pela Cidade de Lisboa permitirá fornecer informações críticas sobre os componentes químicos prejudiciais envolvidos em incêndios, bem como níveis de calor e previsão de padrões de incêndio. Este tipo de informação ajudará a minimizar os danos em infra-estruturas, mas sobretudo de cidadãos, polícias, bombeiros ou quaisquer outras entidades de proteção civil.

3. Gestão de emergências de última geração

A Cidade de Lisboa terá uma gestão de emergências de última geração, utilizando tecnologias emergentes para que as entidades envolvidas recolham mais e melhor informação, partilhem informação, aumentem o conhecimento situacional, suportem as decisões em evidências e utilizem recursos de forma mais eficaz e rápida.

POLICIAMENTO INTELIGENTE

Os desafios da transformação digital estão a mudar drasticamente a aplicação da lei na cidade. O policiamento ou a inspeção municipal deverá ser cada vez mais orientada por dados ou baseada em evidências, assegurando uma maior integração entre as entidades municipais ou públicas envolvidas em todo o processo de investigação criminal ou normativo, desde a recolha de evidências no momento dos incidentes até à conclusão dos processos judiciais.

1. Centro de Combate a criminalidade em tempo real

A Cidade de Lisboa terá um Centro de Operações em Tempo Real capacitado com ferramentas avançadas de análise e visualização de dados e investigação em tempo real. O acesso integrado a dados permitirá uma maior automatização dos processos de investigação e resposta, diminuindo os riscos relacionados com a transferência de informação entre as entidades envolvidas.

2. Autoridades Municipais Conectadas

A utilização de dispositivos IoT e wearables por parte das autoridades municipais da Cidade de Lisboa contribuirão para uma maior consciência situacional, proteção dos profissionais e melhor tomada de decisões sobre incidentes. O equipamento das autoridades municipais com wearables permitirá uma maior recolha de informações digitais de eventos à medida que eles se desenrolam, incluindo a saúde do profissional, a sua localização e registo de quando determinada ação específica foi realizada (por exemplo, o retiro da arma do coldre).

3. Plataformas de partilha da informação

As entidades envolvidas na Proteção Civil em Lisboa deverão tirar partido de uma plataforma integrada de partilha de dados que permita melhor colaboração entre as diferentes entidades (e mesmo departamentos dentro dessas entidades), ultrapassando silos jurisdicionais ou administrativos e limites geográficos. A maior partilha de dados permitirá intervir antecipadamente, mantendo os cidadãos fora de zonas de perigo e reduzindo as chamadas de emergência para as autoridades.

4. Policiamento transparente(Câmaras de Corpo e Câmaras de Viatura)

A Cidade de Lisboa irá utilizar a tecnologia para assegurar maior transparência no trabalho realizado pelas forças da autoridade. O dispositivos de captura de vídeo, como as câmaras de corpo (BWC) ou outro tipo de wearables, permitirá uma transformação da relação das forças de autoridade com os cidadãos, permitindo evidenciar melhor os eventos conforme eles se desenrolam. Nota: Este tipo de dispositivos associados diretamente aos profissionais ou aos seus equipamentos (ex. viaturas) permite uma recolha de informação mais direcionada à ocorrência de eventos específicos, reduzindo a necessidade de utilização de sistemas de video-vigilância permanentes.

INFRA-ESTRUTURAS SUSTENTÁVEIS

Uma cidade com infra-estruturas mais sustentáveis recorre à conectividade de ativos físicos para recolha de dados que permitam monitorização remota; medição de indicadores de suporte à gestão dos ativos e equipamentos, suporte de manutenção preditiva. Uma cidade inteligente como Lisboa deverá ser a promotora de uma plataforma comum recolha e partilha de dados para utilização por parte dos cidadãos, serviços públicos, setor privado ou serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

1. Monitorização Ambiental

Por toda a cidade serão utilizados cada vez mais sensores climáticos e ambientais para recolha de informações para uso por serviços de saúde pública e de emergência, monitorizando a qualidade do ar, níveis de águas, padrões climáticos, partículas atmosféricas inseguras, poluição e outros indicadores relevantes. A análise de longas séries de dados fornecerá informações valiosas para o planeamento de longo prazo da Cidade.

2. Iluminação Pública Inteligente

Na cidade de Lisboa a utilização de iluminação pública inteligente será por defeito base na utilização de equipamentos LED conectados, permitindo monitorização remota, ajuste de intensidade e brilho programáveis e medição inteligente de energia para faturação. Este tipo de "postes de luz" conectados permitirão a recolha e partilha de dados relevantes com a comunidade, serviços públicos, setor privado e vários departamentos da administração local.

3. Recolha de Lixo Inteligente

A utilização de caixotes de lixo inteligentes por toda a cidade de Lisboa permitirá garantir a recolha de informação sobre a capacidade e disponibilidade de cada local, permitindo aos serviços da câmara uma gestão mais eficiente dos circuitos de recolha de lixo de acordo com as necessidades, bem como uma melhor utilização por parte dos cidadãos.

EDIFÍCIOS MUNICIPAIS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

A operação de edifícios da Câmara Municipal de Lisboa representa uma despesa significativa para o município. A transformação digital dos edifícios camarários deverá passar por garantir uma maior automação e sensorização que permitam medir, monitorizar, controlar e otimizar as operações. Desta forma, será possível garantir uma maior otimização de recursos (ex. energia), um alinhamento das políticas de eficiência interna e uma melhor adaptação às condições externas.

1. Edifícios Inteligentes e Sustentáveis

Os edifícios públicos da Cidade de Lisboa deverão ser cada vez mais inteligentes e sustentáveis. Um dos elementos centrais para os ganhos de eficiência estará relacionado com a utilização de equipamentos de iluminação conectados e que permitam um melhor controlo / monitorização remota através de sistema de gestão integrada edifícios. Além da iluminação, deverão ser considerados outros recursos como elevadores inteligentes, que se possam adaptar de forma autónoma ao volume e frequência de passageiros; ou quaisquer outros equipamentos que se

verifiquem direta ou indiretamente relacionados com a eficiência energética (ex. sistema AVAC). A gestão centralizada de equipamentos conectados e, sobretudo, a recolha de dados para uma plataforma comum, permitirá a utilização de ferramentas de análise e gestão de dados que possibilitem além de ações diretas sobre os equipamentos, tomadas de decisão integradas que possam beneficiar os equipamentos como um todo.

VEÍCULOS AUTÓNOMOS E CONECTADOS

Os veículos autónomos conectados serão uma realidade muito em breve e Lisboa deve preparar-se para essa evolução. Para tal, as infraestruturas da cidade deverão assegurar a conectividade necessária para garantir uma plataforma de interoperabilidade de veículos e infraestruturas e garantir uma coexistência segura entre humanos e equipamentos semiautónomos ou autónomos.

Linhas orientadoras:

1. Veículos Autónomos e Conectividade V2X(Vehicle to everything)

Os veículos autónomos serão uma realidade nas cidades nos próximos anos e Lisboa deverá garantir as plataformas e infraestruturas necessárias para que possa estar na linha da frente da mobilidade autónoma, assegurando plataformas inteligentes de suporte à conectividade entre veículos (V2V) mas também de veículos com infraestruturas (V2I). Este tipo de iniciativas terá um foco importante na gestão do trânsito urbano, mas deverá garantir sempre em primeira instância a segurança dos cidadãos na Cidade de Lisboa.

2. Transportes Públicos Inteligentes

Os transportes públicos inteligentes na cidade de Lisboa deverão integrar recursos que permitam melhorar a informação disponibilizada aos utilizadores dos serviços, disponibilizar uma melhor experiência de utilização a bordo, tornar mais eficazes os sistemas de segurança, gerir de forma mais eficiente as frotas de viaturas e coordenar de forma mais integrada as operações (ex. flexibilidade de rotas).

INFRA-ESTRUTURAS E OPERAÇÕES INTELIGENTES

As infraestruturas e operações de transporte inteligentes na cidade de Lisboa irão integrar novas tecnologias para monitorar o movimento e circulação de pessoas e cargas, através da sensorização de equipamentos como estradas, semáforos ou transportes públicos (Metro, Carris ou outro tipo de mobilidade ligeira). Este tipo de inteligência não depende da utilização de dados pessoais, apenas de dados de

dispositivos conectados, tendo como principal objetivo melhorar a qualidade de vida na cidade através da melhoria da eficiência dos sistemas de gestão de transporte na cidade de Lisboa, aumentar a confiança no sistema de transportes, reduzir o custo geral de operações, melhorar a gestão, maximizar a segurança da veículos, passageiros e profissionais ou promover uma maior sustentabilidade ambiental através da redução de carbono ou outras emissões prejudiciais.

Linhas estratégicas:

1. Estacionamento Inteligente

O estacionamento inteligente na cidade de Lisboa será baseado em sensores, vídeo ou radares para determinar a ocupação de vaga de estacionamento e partilhar essas informações com condutores nas proximidades. A conectividade dos parques poderá contribuir para sistemas de pagamento mais integrados e para a definição de taxas de estacionamento em tempo real para que se adaptem às necessidades da Cidade. Nota: A EMEL poderá ter a responsabilidade operacional pelo estacionamento na cidade, no entanto as políticas e prioridades estratégicas de mobilidade deverão sempre ser asseguradas pela CM Lisboa.

2. Planeamento de Jornada Inteligente

Esta tecnologia continua a melhorar usando tecnologia inteligente, como carros conectados, cruzamentos, aplicações móveis e sinalização digital em tempo real. O planeamento de viagens ajuda os motoristas a evitar congestionamentos, resultando em viagens mais rápidas e fáceis e menos emissões do carro.

3. Hubs de Transportes Multimodais

Os hubs de transporte na cidade de Lisboa são centros multimodais onde passageiros de serviços regulares ou turistas podem aceder a diferentes serviços de transporte. Estes hubs deverão ser também plataformas de integração e partilha de informação em tempo real que permitam uma melhor experiência de utilização.

4. Gestão de tráfego Inteligente

Os sistemas de gestão de tráfego inteligente na cidade de Lisboa deverão garantir otimizar o fluxo de trânsito através da gestão em tempo real de sinais de tráfego em resposta a situações em tempo real. Com a evolução das soluções de mobilidade, este tipo de equipamentos inteligentes será fundamental para conectividade com veículos inteligentes (V2I).

5. Plataformas de Transporte Partilhado

As soluções de Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica (TVDE) tem transformado a mobilidade das cidades por todo o mundo. A cidade de Lisboa deverá aproveitar sinergias com este tipo de plataformas para garantir uma maior partilha de dados que permitam existentes nestas plataformas são partilhados para garantir uma melhor gestão integrada da mobilidade na cidade.

ARTE, TURISMO E CULTURA AUMENTADOS

O turismo é uma importante força económica para Lisboa e existe uma concorrência global para atrair turistas e visitantes para a cidade e para aumentar os gastos em serviços, eventos e negócios locais. Um programa de “Arte, Turismo e Cultura aumentados” permitirá adicionar uma camada digital a bibliotecas, espaços artísticos e culturais e eventos, possibilitando a criação de novos e melhores serviços e mais segurança para moradores, turistas e visitantes.

Iniciativas estratégicas:

1. Quiosques Inteligentes

Uma rede de quiosques inteligentes espalhados por toda a cidade permite um "balcão único" de acesso a informação de serviços de emergência e não-emergência, transportes locais, negócios e outras informações relevantes para a vida em Lisboa. Os quiosques deverão permitir carregamento de dispositivos móveis e acesso a WiFi público, podendo potenciar modelos de receita para Lisboa relacionados com publicidade.

2. Gestão de Eventos inteligente

A Gestão de Eventos Inteligente faz parte da estratégia de Desenvolvimento Económico e de Cidadania de uma Cidade. Uma Lisboa mais inteligente irá usar tecnologias como drones, análise de vídeo e sinalização digital para ajudar os promotores de eventos, voluntários e socorristas a tomarem ações proactivas e preventivas para controlo de multidões, gestão de tráfego, segurança pública e resposta a emergências. Os participantes dos eventos terão acesso a mais informação que garante uma experiência mais segura e agradável.

3. Museus e espaços culturais conectados

Os museus e espaços culturais de Lisboa estarão conectados para permitir aos visitantes o uso de dispositivos e aplicações móveis para se conectarem com sensores e sistemas dentro dos espaços, fornecendo-lhes experiências mais

interativas e com mais conteúdo. Os visitantes poderão conectar-se através de diferentes tipos de dispositivos e aceder a pop-ups de experiências que lhes fornecem informação sobre peças de arte, pesquisas relacionadas, pontos para gamificação, apoio do staff para encontrarem os itens que procuram e acesso a informação de tráfego para melhor planearem as suas visitas.

4. Experiências Interactivas

Lisboa será uma cidade de experiências interativas, permitindo ao público a utilização de tecnologias de realidade aumentada para acederem a uma sobreposição adicional de informação e experiências digitais por toda a cidade. Para os turistas e visitantes, as soluções de realidade aumentada poderão permitir modelos de gamificação para todas as idades, personalização de experiências e acesso a soluções de pagamento móveis.

COMUNIDADES RESILIENTES

A resiliência da comunidade em Lisboa deverá passar por uma maior conectividade dos bairros e dos cidadãos, promovendo uma maior partilha de informação com os cidadãos e uma maior interligação entre cidadãos que fomente uma maior participação e inter-ajuda.

1. Bairros conectados

A conectividade dos bairros de Lisboa permitirá o desenvolvimento de verdadeiras comunidades conectadas, potenciando a tecnologia como meio para ajudar a conectar pessoas nos seus bairros / comunidades, ou conectando comunidades virtuais com um interesse coletivo comum, encorajando uma maior participação cívica e o envolvimento da comunidade na vida da Cidade.

COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO

[ACELERAR NO PÓS-COVID](#)

Lisboa como motor para a recuperação económica, criando as condições de curto-médio-prazo para acelerar a retoma económica.

1. No imediato

Acelerar licenciamentos com a criação de equipas especializadas (pool de 30 técnicos) na (1) identificação, (2) resolução e (3) decisão, durante 12 meses para limpar o atraso de projetos com mais de 4 meses, e assim potenciar a criação direta de empregos (ex. construção, materiais, mobiliário, arquitetura, engenharia, ...) e indiretamente dinamizando o comércio local e injectando dinheiro na economia e nos cofres da CML.

2. Preparar para o futuro

Tratamento da informação recolhida neste esforço de resolução desta lista de espera, de forma a ter mais dados para conseguir construir processos e procedimentos que coloquem a aprovação/reprovação de processo de licenciamento em menos de 6 meses.

ACOMPANHAR A VANGUARDA DA MOBILIDADE

Desregular localmente legislação que impeça pilotos tecnológicos para que Lisboa se torne um centro mundial de desenvolvimento e de criação de empresas na mobilidade urbana e logística autónoma.

Linhas estratégicas:

1. Zona franca de mobilidade

Promover um enquadramento jurídico excepcional, para que empresas focadas na mobilidade de bens e pessoas possam facilmente implementar os seus projetos de mobilidade, bem como de logística (last mile e acima), com especial autonomia. Essa exceção passaria por dar às empresas a hipótese selecionarem zonas controladas, de baixo tráfego (Expo Sul) e/ou circulação muito direta (Eixo Entrecampos – Saldanha), para o piloto, permitindo o uso de faixas BUS, ciclovias ou ruas específicas, para pilotos em ambiente real.

2. Mobilidade autónoma permitida, com pilotos a começar nos eixos de trânsito mais fáceis (ex. CG-Saldanha-MP-Rossio) e nas zonas mais turísticas;

3. Logística autónoma, com entregas por drones, usando até a rede de ciclovias.

APOIAR A ECONOMIA DE BAIRRO

Estimular a oferta local a nível do comércio local e tradicional. Promover a dinamização as visitas e o conhecimento entre os diversos bairros e Juntas de Freguesia da cidade - "Feira do Barro", "Pelo Bairro", "Para o Bairro".

Linhas estratégicas:

1. Facilitar o fecho de estradas e zonas de circulação automóvel por pedido de cidadãos; o processo de pedido de fecho de uma estrada ou praça, para o uso pelos cidadãos locais, seja para uma feira, seja para uma exposição ou evento, deve ser facilitado.
2. A própria JF deve, numa fase de ativação, dinamizar um painel de empresários e artistas locais, bem como associações de moradores e outro tipo de entidades, para garantir a organização de eventos regulares que promovam a vida de bairro.
3. Participação nestas feiras não deve carecer de licença, servindo uma simples inscrição para se garantir a participação com um comprovativo de morada na zona de intervenção – é para dinamizar redes de bairro e não simplesmente criar mais feiras.
4. Vendas de produtos, serviços e receitas de espetáculos, devem ser isentos de qualquer controlo de AT e ASAE, responsabilizando-se os próprios operadores por qualquer irregularidade, em especial em modelos de “feira da ladra”.

VALORIZAR A ACTIVIDADE TURÍSTICA

Medidas para uma melhor atractividade turística, gestão dos fluxos de turistas e distribuição de benefícios decorrentes do turismo.

1. Promover a criação de HUB's Buffer Zones, de pick-up e drop-off de turistas, para carrinhas e autocarros.
2. Incentivar mais pontos de atração de turismo na cidade, descentralizar grandes concentrações de turistas;
3. Garantir estabilidade e previsibilidade na regulamentação para o Alojamento Local, garantindo uma fiscalização mais eficiente. Lisboa não deverá inventar modelos de gestão da pressão turística em determinadas zonas da cidade, devendo adotar boas práticas de referência que se tenham mostrado eficazes no equilíbrio da sustentabilidade económica e social.

4. Colaborar com as plataformas de gestão de alojamento para assegurar um verdadeiro ecossistema de partilha de informação e colaboração

ESTIMULAR O FINANCIAMENTO COLABORATIVO

Maximizar a transparência e a participação no financiamento público à atividade económica.

Objectivo:

1. Envolver as instituições financeiras, em particular de crowdlending e crowdfunding, no processo de financiamento da CML à economia para promover a transparência e o alinhamento entre a distribuição de incentivos e as necessidades da comunidade.
2. Incentivar a interajuda económica e social, posicionando a CML como um parceiro adicional
3. Contribuir para um maior escrutínio dos apoios dados pela CML, indexando sempre esses apoios ao envolvimento de outras partes interessadas
4. Promover um ecossistema económico menos centralizado onde a CML é vista como um dos parceiros no desenvolvimento económico e social da cidade.

LIBERTAR O EMPREENDEDORISMO

Posicionar a CML apenas como parceiro do ecossistema de empreendedorismo.

1. O ecossistema de empreendedorismo em Lisboa está liberalizado e atingiu uma dinâmica que já não justifica uma intervenção direta. Programas como a Start-up Lisboa ou o Hub do Beato deverão ser revistos para que a CML deixe de ser um player direto e passe a ser um parceiro.
2. Promover uma maior colaboração entre a comunidade e a CML para o desenvolvimento de programas de inovação aberta que possam contribuir sobretudo para a modernização pública e dinamização de iniciativas de inovação aberta.
3. Canalizar os esforços de inovação aberta para a modernização administrativa da CML

PROMOVER O GESTOR DE CONTA EMPRESARIAL

A CML deve prestar um serviço mais completo e mais ágil às várias entidades que compõem o ecossistema empresarial de Lisboa, aumentar a transparência dos procedimentos, na própria CML, relacionados com as empresas e aumentar a comunicação entre a CML e as empresas de modo que a CML possa ter mais informação sobre os desafios que as empresas enfrentam.

Linhas estratégicas:

1. Implementar de uma bolsa de gestores de conta empresariais, para acompanhar as empresas, ajudando-as a navegar/liderar a execução dos diferentes processos da CML e desbloquear questões que a envolvam a si, mas também outras entidades públicas. Assim a CML assume em si o seu papel de parte interessada, ajudando com o seu peso político.
2. Terá também a função estratégica de promoção de uma maior integração do ecossistema empresarial com a CML, facilitando a criação de clusters por parte dos privados.
3. Desenvolvimento de uma plataforma para acompanhamento dos processos, com acesso ao gestor de conta e assim agilizando qualquer resolução de problemas.